



A LUTA PELA TERRA NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO (SP) NO LIMIAR DO SÉCULO XXI

Danton Leonel de Camargo Bini¹

RESUMO

A reestruturação produtiva agrícola iniciada nos anos 1990 aumentou os conflitos rurais no espaço geográfico brasileiro. A lavoura canaveira, com a introdução do corte mecânico substituindo o manual e gerando desemprego no campo direcionou muitos trabalhadores para a luta pela reforma agrária. Neste trabalho se apresenta algumas análises desse processo na região de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, Brasil.

Palavras Chave: luta; terra; cana-de-açúcar; Ribeirão Preto.

ABSTRACT

The initiated agricultural productive reorganization in years 1990 increased the agricultural conflicts in the Brazilian geographic space. The canavieira farming, with the introduction of the mechanical cut substituting the manual and generating unemployment in the field directed many workers for the fight for the agrarian reform. In this work if it presents some analyses of this process in the region of Ribeirão Preto, state of São Paulo, Brazil.

Keywords: fight; land; sugar cane-of-sugar; Ribeirão Preto.

1 INTRODUÇÃO

Através de dados colhidos em trabalhos de pesquisa de campo na região de Ribeirão Preto, jornais e revistas nacionais e regionais, sites pela internet e institutos de pesquisa, procuramos dar uma pequena contribuição crítica em relação às situações em que vivem homens e mulheres dos diferentes estratos sociais dessa região, frente à acelerada mecanização da lavoura canaveira ocorrente

¹Mestre- Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Informações Estatísticas dos Agronegócios (CPDIEA).E-Mail: danton@iea.sp.gov.br

desde a última metade da década de 1990. Colheitadeiras e plantadeiras são instrumentos que agregam um novo conteúdo técnico e social na cadeia produtiva da atividade canavieira. Na análise da introdução dessas novas técnicas de produção – com a formação de uma nova divisão técnica do trabalho -, temos como objetivo desvendar os impactos sócio-espaciais decorrentes dessa reestruturação produtiva no acesso à terra dos trabalhadores rurais desempregados nesse processo. São apresentados os rumos da luta pela terra dos homens e as mulheres (jovens e adultos) que cada vez mais estão impossibilitados, em sua maioria, de adquirirem a subsistência trabalhando no plantio e no corte manuais da cana-de-açúcar.

2 ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS NA REGIÃO DE RIBEIRÃO (1996-2002)

Essas novas divisões social, técnica e territorial do trabalho são entendidas como um ajuste organizacional normatizado pelo poder público em parceria com as empresas da região de Ribeirão Preto na busca de se enquadrarem às novas exigências do mercado surgidas no período neoliberal – como a competitividade - e assim, manter e expandir sua fatia no setor sucroalcooleiro mundial.

Contudo, essa reestruturação produtiva não está a serviço dos anseios e das necessidades da maioria da população regional, o que tem ocasionado muitas resistências, como a expansão em localidades do espaço regional dos movimentos de luta pela reforma agrária. Questionando a função social da terra que, ao invés de produzir alimentos para a população local produz quase só cana, centenas de famílias expropriadas do mercado de trabalho pela reestruturação produtiva vigente na atualidade, ocupam propriedades privadas que com problemas jurídicos, como áreas públicas, como Hortos Florestais, Estações Ecológicas, etc.

Nos municípios pertencentes à região estudada, em dezembro de 1996, tínhamos algumas propriedades ocupadas por movimentos de trabalhadores que desejavam obter lotes de terras para neles retirarem suas subsistências e viverem (Tabela 1).

Tabela 1: Áreas Ocupadas por Movimentos Reivindicadores da Reforma Agrária na Região de Ribeirão Preto – Dezembro de 1996

Data da ocupação	Propriedade Ocupada	Município	Proprietário	Organização	Nº de famílias
22/08/1992	Horto Florestal Guarani	Pradópolis	FEPASA	FERAESP	310
24/08/1996	Horto Florestal Bebedouro	Bebedouro	FEPASA	CUT	160
31/08/1996	Estação Ecológica São Simão	São Simão	Secretaria Estadual do Meio Ambiente	FERAESP	180
19/05/1996	Estação Ecológica Zootecnia	Colina	Secretaria Estadual da Agricultura	MLPT	87
10/05/1996	Fazenda Sapecado	Colômbia	Fernando e Isidoro Coimbra	MLPT	40
12/02/1996	Fazenda Perdizes	Colômbia	Companhia Agrícola e Pastoril Vale do Rio Grande	MLPT	17
19/06/1996	Fazenda Formigas	Colômbia	Joaquim Barcelos	MLPT	16

Fonte: Grupo de Conflitos Agrários, Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, ITESP, 2003. Siglas utilizadas: FERAESP – Federação dos Empregados Assalariados Rurais do Estado de São Paulo; CUT – Central Única dos Trabalhadores; MLPT – Movimento de Luta pela Terra.

Nesse ano, esses acampamentos na região de Ribeirão Preto representavam 31,8% dos 22 existentes no estado de São Paulo. A região possuía seis assentamentos – áreas que foram direcionadas para as famílias que reivindicaram lotes para deles viverem e produzirem -, de um total de 66 em todo o estado de São Paulo. Abaixo temos listados os municípios da região onde foram instalados os assentamentos até 1996:

Tabela 2: Assentamentos Rurais na Região de Ribeirão Preto – 1996

Projeto de Assentamento	Município	Início	Nº de famílias
Monte Alegre 1	Motuca	mai/1985	49
Monte Alegre 2	Motuca	out/1985	62
Monte Alegre 3	Araraquara	ago/1986	76
Monte Alegre 4	Motuca	ago/1986	49
Bela Vista do Chibarro	Araraquara	dez/1989	176
Monte Alegre 5	Motuca	out/1991	34
Total na região	-	-	446
Total no Estado de SP	-	-	5148

Fonte: Grupo Sócio-Economia, Gerência Desenvolvimento Humano, Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento, Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, ITESP, 2003.

Em relação aos assentamentos, pode-se dizer que esses são estruturas já rígidas juridicamente no espaço da região. Com uma situação já definitiva, nesses lotes já não há mais conflitos de posse. Cada um possui sua área, sua escritura legal, seu crédito agrícola e um número de famílias permanentes; já nos acampamentos, temos uma falta de rigidez quanto à estrutura jurídica dos que reivindicam suas posses: a instabilidade dos movimentos de pessoas, de alimentos, de grupos políticos é muito grande. Em alguns meses, têm acampamentos que aumentaram ou diminuíram drasticamente o seu número de famílias; trocaram de lideranças políticas; deixaram de existir.

Para se ter um melhor entendimento da mobilidade desses movimentos de luta pela terra no espaço geográfico regional, a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – ITESP - apresenta dados mensais dos acampamentos e dos assentamentos. Com esses dados em mãos, podem-se apresentar com maiores minúcias as dificuldades que existem para a anexação e estruturação dos ideais de reforma agrária no campo da região.

Com essa panorâmica, é visível a diferença de se trabalhar mês a mês ao invés de se apresentar somente dados estáticos no final de cada ano. Muitos acampamentos que surgem e desaparecem ao longo do ano não seriam catalogados com a disposição somente de dados anuais; a intensa mobilidade de famílias que neles entram e saem mensalmente também seriam imperceptíveis.

Com essa facilidade metodológica oferecida pelo ITESP se compreende o desenrolar do processo dos conflitos agrários existentes na região. Caso se optasse somente pela panorâmica anual, mostrada na forma de dados numéricos no final de cada ano, não seria possível visualizar, por exemplo, que de dezembro de 1996 a dezembro de 2002, 35 acampamentos foram formados na região estudada; que acampamentos como o da fazenda Eufrásia em Franca e o da fazenda Queixada em Barretos surgiram e desapareceram entre o final de um ano e outro. Desses 35 acampamentos, 22 foram desocupados, sete viraram assentamentos² e outros sete persistem na ocupação.

²Nesse período foram criados 10 assentamentos na região, contudo três desses assentamentos foram criados em localidades que não eram acampamentos no período analisado na pesquisa. Dos assentamentos Bueno de Andrada e Monte Alegre 6 temos dados dispersos de 1994 que os apresentam como acampamentos existentes na região (ITESP, Relatório Semanal de 21 de dezembro de 1994).

Contudo, é importante salientar, que para se analisar o resultado desse processo de distribuição das famílias acampadas e assentadas na região de Ribeirão Preto e no estado de São Paulo, a panorâmica anual vêm a calhar como um recorte temporal importante para a organização da pesquisa. Principalmente nos acampamentos, onde não existindo uma fixação plena das famílias na terra, a contagem e o entendimento do número correto de famílias mês a mês seria algo penoso e confuso. Os altos e baixos dos números mensais confundem no momento de se entender o processo em uma escala temporal maior.

Assim, juntando os dados gerais dos acampamentos e dos assentamentos nos finais dos anos trabalhados, temos os seguintes resultados organizados nas tabelas abaixo (Tabelas 3, 4, 5 e 6):

Tabela 3: Número de Acampamentos na Região de Ribeirão Preto e no Estado de São Paulo nos Finais dos Anos Pesquisados – (1997-2002)

Região/Anos	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Ribeirão Preto	10	04	08	08	09	07
Estado de SP	45	46	61	70	75	81

Fonte: ITESP, 2003.

Tabela 4: Número de Pessoas Acampadas na Região de Ribeirão Preto e no Estado de São Paulo nos Finais dos Anos Pesquisados - (1997-2002)

Região/Anos	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Ribeirão Preto	983	367	1.546	953	473	406
Estado de SP	5.335	3.527	6.538	6.039	4.947	5.359

Fonte: ITESP, 2003.

Tabela 5: Número de Assentamentos na Região de Ribeirão Preto e no Estado de São Paulo nos Finais dos Anos Pesquisados - (1997-2002)

Região/Anos	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Ribeirão Preto	08	14	16	16	16	16
Estado de SP	84	110	122	128	132	136

Fonte: ITESP, 2003.

Tabela 6: Número de Pessoas Assentadas na Região de Ribeirão Preto e no Estado de São Paulo nos Finais dos Anos Pesquisados - (1997-2002)

Região/Anos	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Ribeirão Preto	565	1.184	1.286	1.286	1.286	1.286
Estado de SP	5.783	7.574	8.267	8.527	8.692	8.856

Fonte: ITESP, 2003.

Analisando esses dados, em relação ao número de acampamentos, na região de Ribeirão Preto houve uma retração nesse período. A quantidade de ocupações permanentes controladas em um mesmo patamar – de 05 a 10 ocupações - mostra como o setor da agroindústria canavieira na região conseguiu segurar o avanço dos movimentos sociais do campo que reivindicam a reforma agrária. Para termos uma idéia, só no município de Iaras, na região de Bauru, composta por 39 municípios, existia em dezembro de 2002, oito acampamentos instalados e organizados pelo MST: na região de Ribeirão Preto, constituída de 86 municípios, tínhamos somente sete ocupações. No período analisado, houve um crescimento de 80% no número de acampamentos no estado de São Paulo, o que confirma o caráter específico do ocorrido na região estudada, principalmente em um período de reestruturação produtiva e diminuição do oferecimento de trabalho na colheita da cana-de-açúcar. Seguindo essa demonstração, no que se refere à quantidade de famílias acampadas, esse número caiu mais do que pela metade na região³. No estado, a quantidade de famílias acampadas é praticamente a mesma em 1997 e em 2002, mesmo tendo aumentado o número de acampamentos

Algo também a se considerar nessa análise é que os assentamentos surgidos na região foram quase todos frutos da ocupação de áreas públicas de preservação ambiental. Os assentamentos de Matão, Pradópolis, Bebedouro, Jaboticabal, Pitangueiras e Restinga se originaram a partir dessa estratégia dos movimentos sociais: eles ocuparam Hortos Florestais e Estações Ecológicas da região para pressionar o governo estadual a resolver o problema agrário com maior rapidez. Somente os dois assentamentos de Colômbia – os das fazendas Perdizes e Formigas - surgiram de ocupações em terras particulares. Das 15 propriedades

³O que vemos foi a região acompanhar os percentuais de aumento do estado de São Paulo até 1999. A partir daí há uma diminuição enorme no número de acampados, o que não ocorre no estado.

privadas ocupadas no período estudado, 11 foram desocupadas, duas viraram assentamentos e outras duas persistem na ocupação.

Isso tudo nos mostra a dificuldade dos movimentos sociais na região de duelarem contra a super-estrutura política, jurídica e econômica ordenadas pelos usineiros e seus lobbys frente ao poder público. São eles os atores hegemônicos que recebem a grande maioria dos financiamentos públicos para o desenvolvimento da agricultura na região.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferente do discurso e da utopia do livre mercado apresentados atualmente pelos governos liberais do mundo, tanto nos chamados desenvolvidos, em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, notamos que os Estados Nacionais continuam controlando com mão-de-ferro as relações comerciais que estabelecem entre si.

Nos Estados Unidos da América, país que mais “vende” a política do livre mercado, o *lobby* funcionou e o Congresso aprovou em 2001 a continuidade dos subsídios à agricultura por mais dez anos.

Internamente, o governo brasileiro também tem financiado e dado subsídios para sua agricultura. Na continuação da política de modernização do campo, o Estado tem aceitado o *lobby* das agroindústrias nacionais e aplicado bilhões de reais no processo de reestruturação produtiva dos anos 90. Através do BNDES (Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social), o setor canavieiro recebe financiamento em várias frentes.

O projeto Genoma Cana e outras pesquisas científicas em prol da modernização canavieira acontecem e são financiados pelo Estado brasileiro em todo o país. Porém, políticas públicas direcionadas para a amenização dos choques da reestruturação do mercado de trabalho na região de Ribeirão Preto não estão sendo realizadas com o mesmo empenho. Excluídos do trabalho com a mecanização, os pobres da região sofrem com a má assistência social do Estado em diversas áreas, como as de saúde, saneamento básico, moradia, educação e outras.

O que fazer para mudar a tal ordem? Para que gastar bilhões de reais com projetos que beneficiarão tão poucas pessoas? Por que não se privilegia o uso do espaço em favor do mercado local ao invés do mercado global?

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. *“Modernização e Pobreza: A expansão canavieira e seu impacto ecológico e social”*. São Paulo. Editora da Unesp. 1994.

_____. *“Açúcar e Poder”*. Recife. Condepe. 1978.

ANTUNES, R. – *“Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.”* São Paulo, Campinas. Ed. Cortez, Unicamp, 1995.

ROSSINI, R. E. - *“Geografia e Gênero: A mulher na lavoura canavieira paulista”* - (tese de livre-docência). FFLCH, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1988.

_____. *“As Geografias da Modernidade - geografia e gênero - mulher, trabalho e família: o exemplo da área de Ribeirão Preto - SP”* - in Revista do Departamento de Geografia, nº 12, Humanitas, FFLCH, USP, São Paulo, 1998.

SANTOS, M. A. - *“metamorfoses do Espaço Habitado”* - Editora Hucitec, São Paulo, 1994.